

Missão: articular, mobilizar e integrar os dirigentes municipais de educação e o Secretário de Estado da Educação do Distrito Federal, para construir e defender a educação pública, sob a responsabilidade dos municípios e do Distrito Federal, com qualidade social.

CARTA-ABERTA AOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO

Orientações e recomendações para a proteção do ambiente escolar e de promoção da cultura de paz nas escolas

Ao tempo em que lamentamos profundamente os ataques e as ameaças que o ambiente escolar vêm enfrentando nos últimos meses, gostaríamos de compartilhar algumas informações, orientações e recomendações as quais sugerimos que sejam apresentadas a todos os profissionais de sua rede, bem como de outros segmentos, por meio de reuniões a serem realizadas tão logo seja possível.

Precisamos levar a discussão nacional sobre essa onda de violência a toda a comunidade escolar, tanto para informar com dados corretos e reais quanto para diminuir o pânico que surge com as inúmeras *Fake News*. É importante, também, que o município institua um comitê intersetorial, semelhante ao existente em nível federal, para garantir a eficácia e a efetividade das ações a serem implementadas, bem como a sua articulação com a esfera estadual.

Reiteramos a nossa luta por uma escola pública livre de violência, pela promoção de uma cultura de paz e respeito mútuo dentro e fora das salas de aula. Para tanto, defendemos que as áreas da educação, assistência social e saúde precisam ser ainda mais fortalecidas, para que possam implementar políticas públicas que garantam os direitos estabelecidos pela Constituição Federal.

Contem conosco e com a Seccional de seu estado. O melhor no momento é o diálogo, principalmente com os profissionais da educação, estudantes e famílias. Vamos conversar e diminuir a angústia e o medo de todos, em um espírito apaziguador e solidário.

Brasília, 17 de abril de 2023

LUIZ MIGUEL MARTINS GARCIA
Dirigente Municipal de Educação de Sud Mennucci/SP
Presidente da Undime

Informes sobre as medidas em andamento por parte do governo federal:

- 1) Instituição do **Grupo de Trabalho Interministerial** para propor políticas de prevenção e enfrentamento da violência nas escolas, em 5 de abril, pelo Decreto nº 11.469.

O Grupo de Trabalho Interministerial é composto por representantes dos seguintes órgãos: Ministério da Educação, que o coordenará; Ministério da Justiça e Segurança Pública; Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania; Ministério das Comunicações; Ministério da Saúde; Ministério da Cultura; Ministério do Esporte; Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República.

A primeira reunião do Grupo de Trabalho Interministerial aconteceu na quarta-feira, dia 12. As reuniões com os Ministros estão previstas para acontecer uma vez ao mês, entretanto, no dia de hoje (17) foi realizada uma nova reunião com a finalidade de organizar a apresentação a ser feita à Presidência da República, governadores, parlamentares e prefeitos, amanhã – terça-feira.

O GTI tem 90 dias para apresentar ações emergenciais, e a curto, médio e longo prazos, a partir de diagnósticos e oitivas realizadas. O objetivo é levantar dados e informações que possam subsidiar políticas públicas voltadas à proteção do ambiente escolar e de promoção da cultura de paz nas escolas.

Missão: articular, mobilizar e integrar os dirigentes municipais de educação e o Secretário de Estado da Educação do Distrito Federal, para construir e defender a educação pública, sob a responsabilidade dos municípios e do Distrito Federal, com qualidade social.

- 2) No dia 13, o Colegiado Ampliado da Undime, formado pela diretoria executiva e pelas presidências das seccionais, participou de audiência com o **Ministro da Educação**, Camilo Santana, equipe de secretários e representantes do Consed para compartilhar anseios e atualizar as informações sobre o tema.

As linhas de ação propostas pelo Ministério da Educação são:

- a) Orientações e recomendações para as redes de ensino
 - b) Formação (virtual) para implementação dessas ações
 - c) Apoio para a implementação do atendimento psicológico
 - d) Projeto de promoção de um território de paz
- 3) O **Ministério da Justiça e Segurança Pública** (MJSP), em parceria com SaferNet Brasil, criou um canal exclusivo para recebimento de informações de ameaças e ataques contra as escolas (<https://www.gov.br/mj/pt-br/escolasegura>). É muito importante registrar as denúncias, para que elas possam ser verificadas pelos órgãos de inteligência.

Todas as denúncias são anônimas e as informações enviadas serão mantidas sob sigilo. O interessado em fazer a denúncia deverá inserir o maior número de informações possível para que se possa analisar corretamente a ocorrência. Recomenda-se, também, o preenchimento do campo "Comentário" com as informações relevantes, tais como o município, estado, escola da denúncia e mídia social de origem da ocorrência.

- 4) O **Disque 100** passou a receber denúncias de ameaças a escolas. Elas podem ser feitas, também, por WhatsApp, pelo número (61) 99611-0100. Podem ser enviados todo tipo de mensagem: texto, áudios, fotos, arquivos multimídia ou links.

Reiteramos que a pessoa não precisa se identificar, mas é preciso dar detalhes: local alvo da ameaça (se uma escola, creche ou universidade) e os dados de suspeitos, quando possível.

- 5) O **MJSP** publicou a **Portaria nº 351**, de 12 de abril de 2023, dispondo sobre medidas administrativas a serem adotadas pelo Ministério, para prevenir a disseminação de conteúdos flagrantemente ilícitos, prejudiciais ou danosos por plataformas de redes sociais.

A Portaria prevê, entre outros pontos, a regulação do conteúdo e estabelece punições às empresas que não barrarem as mensagens que fazem apologia ao crime. As plataformas serão obrigadas a compartilhar com a polícia informações sobre usuários para facilitar investigações.

- 6) O **MJSP** divulgou o **Edital de Chamada Pública nº 5/2023**, para adesão ao Programa Nacional de Segurança nas Escolas, em que serão destinados recursos (R\$ 150 milhões) para o financiamento de projetos estaduais e municipais relacionados ao fortalecimento, ao aprimoramento ou à institucionalização de rondas especializadas ou outras ações no enfrentamento e na prevenção de crimes no contexto escolar e no seu entorno, **no âmbito da Política Nacional de Segurança Pública - Sistema Único de Segurança Pública - Fundo Nacional de Segurança Pública**.

Como esses ataques devem ser analisados e compreendidos:

- 1) É um fenômeno mundial que vem se intensificando nos últimos anos nas mídias, na *deep web* e na *dark web*, por meio de ações de grupos (*chan, incel, troll, anon, sanctus*, misóginos, racistas, homofóbicos, transfóbicos, neonazistas, supremacistas) que semeiam o discurso do ódio, conquistam o apoio de jovens e os desafiam a virar heróis, por meio de ataques orquestrados. Mas é importante destacar que há, também, ações individuais promovidas por “lobos solitários” que são atingidos por esse discurso. Para monitorar tais grupos, a rede de inteligência do MJSP já está se articulando com os setores de inteligência das secretarias estaduais de segurança pública, efetivando investigações, detenções e prisões.
- 2) Importante compreender que não é uma questão de indisciplina escolar, nem de violência nas escolas. É a violência da sociedade atingindo o ambiente escolar. É um fenômeno complexo que não possui um único caminho ou uma única solução, e que exige uma política pública indutora e intersetorial que considere e atenda a diversidade do país.
Assim, precisam ser promovidas, por exemplo, ações de prevenção, redução de riscos, bem como ações que estimulem a convivência e a cultura de paz, entre os membros da comunidade escolar. É necessário diferenciar o que acontece fora e dentro da escola, identificar e prevenir “comportamentos”, sem estigmatizar alunos. Além de oferecer um atendimento psicossocial, a rede protetiva local também precisa ser acionada e aberta às escolas.
- 3) O policiamento armado e ostensivo dentro das escolas não resolve o problema, como já foi provado pelos Estados Unidos. Além disso, policiais ou profissionais da segurança armados em escolas podem transformá-la em uma “prisão”, ou em um campo de tiro cruzado.
Assim, ao mesmo tempo em que a segurança não pode ser negligenciada, pois a comunidade cobra policiamento, não se pode subordinar a escola à segurança pública. Nesse caso, as políticas de segurança pública é que devem ser subordinadas às políticas educacionais, pois as forças de segurança não podem ter autonomia para atuarem nas escolas, até porque não têm formação adequada.
- 4) Familiares, profissionais e estudantes precisam entender a linguagem persuasiva e permissiva das mídias e plataformas. É necessário desenvolver uma educação crítica midiática e estimular o debate com os estudantes.
É preciso ouvir os estudantes e acolhê-los. Todos ainda estão afetados pela pandemia, e todas as questões desaguam nas escolas. Um bom relacionamento intraescolar precisa ser estimulado, em um processo de escuta, compreensão e acolhimento. Os alunos não podem ser criminalizados e a educação não poder banalizada. Assim, a centralidade deve ser na escola e no estudante, com professores e dirigentes qualificados para lidar com o contexto atual.
Precisamos sempre lembrar que a escola deve ser um lugar acolhedor e feliz. Não recomendamos antecipar férias ou fechar escolas, por não ser uma medida que solucione o problema. A escola deve estar aberta às famílias, oferecendo vivências que estreitem os laços entre todos aqueles que formam a comunidade escolar.
- 5) Importante lembrar que as *Fake News* disseminam o ódio e criam um ambiente de temor constante, o que é favorável às ações desses indivíduos/ grupos. Como nem sempre é possível distinguir *Fake News* de notícias reais, é preciso ter cuidado antes de compartilhar qualquer informação. É necessário conferir em outras fontes, e, no caso de ameaças, elas precisam ser denunciadas aos canais responsáveis em cada localidade.